

PORTUGAL PRECISA DE ENTENDIMENTOS AMPLOS PARA “REALIZAR REFORMAS ESTRUTURAIS”



Rui Rio espera que o XXII Governo que terá o apoio maioritário da esquerda não impeça entendimentos mais amplos de médio prazo com outras forças políticas para concretizar as tão necessárias reformas estruturais. O Presidente do PSD foi recebido, dia 8 de outubro, em audiência pelo Presidente da República no Palácio de Belém



pág. 5

PSD

TSD ESTÃO PREOCUPADOS COM O “CADERNO DE ENCARGOS LABORAL” DA ESQUERDA PARLAMENTAR

Pedro Roque, secretário-geral dos TSD, está preocupado com o “caderno de encargos” da esquerda que, entre diversos temas ideológicos, aponta para a reversão da legislação laboral



pág. 7

LOCAIS

MUNICÍPIO DE AVEIRO QUER MOLICEIROS ELETRIFICADOS ATÉ 2021

O presidente da Câmara Municipal de Aveiro espera que os moliceiros que fazem passeios turísticos nos canais urbanos da ria estejam todos eletrificados até ao final de 2021



pág. 8

REGIONAIS

MIGUEL ALBUQUERQUE REAFIRMA ESTABILIDADE DO EXECUTIVO REGIONAL

O presidente do PSD/Madeira diz que o acordo firmado entre o PSD e o CDS-PP no arquipélago é para um governo de quatro anos e compromete os dois partidos, quer na assembleia legislativa, quer no Governo Regional



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

RTP, ESTAÇÃO OU REPARTIÇÃO?

O serviço público de rádio e televisão é um dos pilares da liberdade de expressão e informação e, num âmbito mais restrito, da liberdade da comunicação social em Portugal.

A RTP, enquanto estação pública, tem compromissos e obrigações impostos pelo contrato de concessão. A existência de um serviço público audiovisual, financiado por todos os contribuintes, determina que a RTP cumpra, por isso, critérios de qualidade, pluralidade, isenção e objetividade.

Um dos grandes dilemas do serviço público é o de saber que critérios devem reger a seleção e transmissão de conteúdos. Não se compreende, por isso, que motivos levaram a Direção de Informação a suspender a emissão do "Sexta às 9". Nem qual a razão para o regresso do programa depois do dia 6 de outubro de 2019, precisamente a seguir às eleições legislativas.

Foram decisões legítimas de programação ou houve uma intencionalidade expressa para não ferir suscetibilidades, neste caso, para não beliscar um Governo que, durante quatro anos, foi acumulando um capital de situações dúbias e uma rede de laços familiares inaceitável, ao ponto de falarmos de Conselho de Ministros, reunido numa sala de estar? Ninguém sequer equacionou que tal decisão poderia configurar o favorecimento de um determinado partido político em período de campanha eleitoral?

Admitindo até que possa não ter havido interferência direta do Governo em "forçar" o regresso do programa em causa, pode, pelo menos, ter havido a tentação em agradar ao Executivo, ao optar por adiar a difusão de um programa que questiona o comportamento de altas figuras do aparelho socialista.

Se o lítio é o ouro do século, a RTP não pode ser o novo *El Dorado* só para as boas notícias do Governo em funções, omitindo ou ignorando aquelas que lhe sejam adversas. O jornalismo independente, seja oriundo dos meios audiovisuais públicos, seja nos canais privados, estará ferido de morte no dia em que constatarmos que determinada direção tem preferência em difundir notícias deste ou daquele partido em detrimento do outro.

Os factos sobre a concessão de exploração de lítio, em Montalegre, atribuída a uma empresa constituída "três dias antes" e de que é consultor um ex-governante são graves e, do ponto de vista do interesse público e da relevância jornalística, não se compreende que o programa possa ter ido para o ar semanas depois das eleições com o intuito de não beliscar a imagem do Governo em plena campanha eleitoral.

A Lei da Televisão determina o respeito pelo pluralismo, rigor e isenção informativos e a independência face ao poder político e económico. No Código de Ética e conduta da RTP, pode ler-se: "Observamos os princípios de neutralidade, isenção e independência no exercício de funções, face a quaisquer interesses económicos, sociais, religiosos ou de posicionamento político-partidário". Pois bem, o ruído adensa-se à volta de um caso que poderá afetar o profissionalismo de uma estação que, ao longo de mais de seis décadas, nem sempre soube preservar a equidistância necessária dos poderes conjunturais e, por vezes, coabitou até com a interferência do poder político.

Em 2019, a RTP detém uma redação independente, isenta e rigorosa ou é antes uma repartição do Governo socialista? A Direção de Informação da RTP deve uma explicação ao País.

Audiência de Rui Rio com o Presidente da República

PORTUGAL PR AMPLOS PARA ESTRUTURAI



Rui Rio espera que a formação de um governo que terá o apoio maioritário da esquerda não impeça entendimentos mais amplos de médio prazo com outras forças políticas para concretizar as tão necessárias reformas estruturais. O Presidente do PSD, que falava no Palácio de Belém, em Lisboa, terça-feira, 8 de setembro, transmitiu ao Presidente da República a sua posição sobre a formação do futuro Executivo. "Espero, e isso transmitimos ao senhor Presidente da República, que o acordo que venha a ser firmado entre BE e PS não inviabilizem a possibilidade de haver entendimentos no futuro sobre essas matérias estruturais, porque isso é era importante para o País", afirmou.

Rui Rio considera que, no plano parlamentar, são necessárias reformas sobre a descentralização, o sistema de justiça, o sistema político e a segurança social. Essas reformas, segundo Rui Rio, permitirão ultrapassar um conjunto de "estrangulamentos" que travam o nosso desenvolvimento coletivo. "Agora, não pode haver nenhuma reforma estrutural no País sem a co-

PRECISA DE ENTENDIMENTOS “REALIZAR REFORMAS

S”
S”



laboração dos dois grandes partidos, independente de os outros também poderem colaborar. E isso é que era bom para o futuro de Portugal, que não ficasse coartada essa possibilidade de o País poder mexer naquilo que é estrutural, tendo em vista o seu futuro”, declarou.

À saída de uma audiência de cerca de uma hora, Rui Rio recordou que, durante a campanha eleitoral, antecipou que o PS iria procurar novamente apoios à esquerda para governar e mostrou-se convicto de que “vai haver essa maioria à esquerda”, excluindo a hipótese de o PSD poder ser necessário para aprovar orçamentos.

A delegação do PSD, que foi recebida por Marcelo Rebelo de Sousa, incluía os vice-presidentes Isabel Meirelles e Nuno Morais Sarmiento, o presidente do grupo parlamentar, Fernando Negrão, e o Secretário-geral, José Silvano.



RUI RIO ACUSA RTP DE FAVORECER O PS AO ADIAR EMISSÃO DO “SEXTA ÀS 9”



Rui Rio questiona a decisão da RTP de ter adiado o regresso do programa “Sexta às 9” e que traz a público uma investigação jornalística que denuncia suspeitas de crimes económicos no ato de entrega pelo Estado de uma concessão para exploração de lítio em Montalegre e que envolve membros do atual Governo. “Por que será que o Sexta às 9 foi suspenso antes das eleições, particularmente este programa que só pode ser emitido ontem? Pode haver mil razões, mas perante a gravidade do que aqui está...”, escreveu o líder do PSD no Twitter, no sábado, 12 de outubro.

Rui Rio contesta assim o “timing” da estação pública, que adiou a emissão do programa, de forma a proteger o Governo.

De acordo com uma investigação dos repórteres do “Sexta às 9”, há suspeitas sobre a concessão de exploração de lítio na mina de Cepeda, concelho de Montalegre, atribuída sem a realização de qualquer estudo de impacte ambiental, a uma empresa constituída “três dias antes”. Os factos assumem particular gravidade e, por isso, estão a ser investigados pelo Ministério Pú-

blico, que abriu um inquérito-crime. No “epicentro” do negócio estão duas individualidades socialistas, Jorge Costa Oliveira, ex-secretário de Estado da Internacionalização, envolvido no caso “Galp gate”, e Pedro Siza Vieira, ex-ministro Adjunto e da Economia.

TSD ESTÃO PREOCUPADOS COM O “CADERNO DE ENCARGOS LABORAL” DA ESQUERDA PARLAMENTAR

Os Trabalhadores Social Democratas (TSD), reunidos em Lisboa, em 8 de outubro de 2019, reconhecem os resultados eleitorais que deram a vitória ao PS, e consideram que cabe agora ao PS “criar as adequadas condições de apoio parlamentar que permitam a estabilidade governativa no horizonte temporal dos quatro anos da XIV legislatura, atendendo ao facto de não possuir a maioria absoluta dos deputados do novo hemiciclo”.

Os TSD defendem que quaisquer alterações às leis laborais devem ter em conta a concertação social. “Alterar este paradigma laboral através de um acordo parlamen-

tar, à revelia da Concertação Social, será não só comprometer, a prazo, a sustentabilidade das empresas e os níveis de emprego como constituirá, acima de tudo, um forte desrespeito aos parceiros sociais”, assinalam.

Pedro Roque, secretário-geral dos TSD, está preocupado com o “caderno de encargos” que, entre diversos temas ideológicos, aponta para a reversão da legislação laboral, os valores de horas extraordinárias, os dias de férias ou das indemnizações compensatórias por despedimento.

Para os TSD, a “estabilidade governativa é um valor importante, mas não pode estar pendente de agendas ideológicas da esquerda radical que comprometem o desenvolvimento económico-social do país, até porque estas não correspondem ao desejo expresso pela maioria dos eleitores que se revê em programas políticos assentes em moderação e equilíbrio”.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...

PSD
TV



Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas



Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas



O dia-a-dia da atividade
do PSD



Noticiário semanal todas
as sextas-feiras

PSD QUESTIONA MINISTÉRIO DO AMBIENTE SOBRE CONTRATO ENTRE REN E EMPRESA CHINESA



O grupo parlamentar do PSD questionou o Ministério do Ambiente e da Transição Energética sobre um contrato entre a REN e a chinesa Hengtong Optic-Electric, no valor de 47 milhões de euros. O PSD pretende saber se o Ministério do Ambiente e Transição Energética teve conhecimento do contrato entre a REN e a empresa chinesa Hengtong Optic-Electric, por ajuste direto, ou, se teve conhecimento desde o início da existência de um concurso público e de uma consulta prévia a várias entidades.

Na pergunta, enviada dia 9, o PSD recorda que, em setembro de 2019, foi tornado público que a REN - Redes Energéticas Nacionais contratou por ajuste direto a empresa chinesa Hengtong Optic-Electric para construir um cabo submarino em muito alta tensão, destinado a permitir a ligação à rede elétrica do primeiro parque eólico 'offshore' (no mar) nacional (Windfloat), numa zona piloto em Viana do Castelo.

O grupo parlamentar prossegue que a REN justificou inicialmente o recurso ao ajuste direto com uma cláusula entretanto revogada do Código dos Contratos Públicos, e veio, posteriormente, a indicar que a classificação do contrato como ajuste direto foi um "lapso dos serviços internos".

Prossegue o PSD, na pergunta enviada ao ministério liderado por Matos Fernandes, que a REN afirmou então que a escolha da Hengtong foi precedida de um concurso público e de uma consulta prévia a várias entidades, na qual a REN afirma ter constatado que a proposta da Hengtong era 10 milhões de euros mais barata que a da segunda melhor oferta.

O grupo parlamentar do PSD quer também saber quais os termos e prazos que vigoraram no concurso internacional e quantas empresas concorreram, se os fundos comunitários anunciados no montante de 30 milhões de euros destinados à REN para a construção de um cabo submarino em muito alta tensão serão utilizados integralmente pela empresa chinesa Hengtong Optic-Electric.

E o PSD pergunta ainda ao ministério do Ambiente qual o critério da REN para efetuar a consulta prévia a empresas especializadas na área do Mar e qual a experiência da HengTong para esse efeito.

O maior acionista da REN é a empresa chinesa estatal State Grid of China.

MUNICÍPIO DE AVEIRO QUER MOLICEIROS ELETRIFICADOS ATÉ 2021

O presidente da Câmara Municipal de Aveiro espera que os moliceiros que fazem passeios turísticos nos canais urbanos da ria estejam todos eletrificados até ao final de 2021. De acordo com o autarca, os operadores marítimo-turísticos têm até 2023 para substituir os motores de combustão por motores elétricos, mas a Câmara quer “antecipar esse prazo” em dois anos. “Nós criámos um prazo folgado para não criar problemas económicos a ninguém, mas o objetivo é que possamos fazer isto no início do prazo e não no fim do prazo”, afirmou Ribau Esteves.

O presidente da Câmara falava esta quinta-feira, dia 10, à margem da sessão de abertura do Techdays, um evento dedicado à tecnologia e inovação, que decorreu no Parque de Exposições de Aveiro.

Ribau Esteves considerou que a introdução do modo elétrico é “um elemento muito importante de marketing” para a operação marítimo-turística dos moliceiros e lembrou que, apesar dos custos elevados, há fundos comunitários para ajudar a financiar estas operações.

O autarca explicou ainda que os motores que vão equipar as embarcações marítimo-turísticas estão atualmente a ser desenvolvidos na Alemanha.

A ideia para a eletrificação dos moliceiros partiu de um grupo de operadores que está congregado na associação Laguna. Posteriormente, a Câmara integrou essa ideia no projeto “Aveiro Steam City”, para financiar o desenvolvimento do motor e a adaptação da rede de carregamento.

O projeto de requalificação do largo do Rossio, que foi aprovado recentemente, já prevê a instalação de um posto de carregamento para as embarcações em cada cais.

A Câmara irá lançar “muito proximamente” um concurso para a instalação dos sistemas de carregamento nos restantes quatro cais, que estão situados fora da zona do Rossio.

Ribau Esteves anunciou ainda que a autarquia está também a preparar o lançamento de um concurso público internacional para a aquisição de um “ferryboat” elétrico, para substituir o atual ferry equipado com motor de combustão, que deverá representar um investimento de cinco milhões de euros.

Atualmente, de acordo com dados do município, existem 10 operadores marítimo-turísticos, com 27 moliceiros e mercantéis.



PRESIDENTE DA CÂMARA DE BARCELOS “NÃO TEM CONDIÇÕES PARA GOVERNAR” O MUNICÍPIO



O PSD/Barcelos “lamenta profundamente” que o processo judicial da “Operação Teia”, no qual está implicado o Presidente da Câmara Municipal de Barcelos por suspeitas de corrupção e prevaricação das funções, “continue a colocar Barcelos nos holofotes e nas notícias nacionais pelos piores motivos”.

Recorde-se que o Tribunal da Relação do Porto decidiu manter o presidente da Câmara de Barcelos, Miguel Costa Gomes, impedido de contactar com os funcionários do Município e da empresa Mediana, aplicando-lhe, ainda, caução no valor de 20 mil euros, em substituição da medida de pulseira eletrónica e a prisão domiciliária.

O Presidente da Comissão Política Concelhia, José Novais, considera que “o Presidente de Câmara mantém a sua teimosia em governar à distância o município, consciente, porém, que já duas instâncias judiciais dizem não à sua efetiva governação”. “Porque existem fundados indícios da prática dos crimes de que vem acusado e, da perigosidade de continuar esta atividade criminosa – o Tribunal da Relação confirma a proibição do edil contactar os funcionários do seu Município. E agora o senhor Presidente de Câmara, vai insistir em governar o Município nos moldes que tem feito, ou espera que, quando pretenda entrar nos Paços do Concelho e em outros edifícios municipais, seja necessário ‘batedores’ vereadores ou assessores irem à sua frente para avisar os Funcionários, porque está proibido de contactar com eles”, interroga o PSD/Barcelos.

“Nas reuniões da Câmara e da Assembleia Municipal a assessoria técnica e logística vai ser efetuada por quem? Por vereadores? Por assessores? (...) Vai governar por turnos? Ou durante a noite? O que o prende a esta governação (ou desgovernação) do presidente de Câmara? Senhor presidente de Câmara, é hora de mostrar o respeito que tem para com os Barcelenses que o elegerem e todos os demais, seus concidadãos”, insiste o PSD local.

A Secção do PSD de Barcelos entende que “Miguel Costa Gomes não tem mais condições de governar a autarquia de Barcelos”. “O Partido Socialista, nacional e local, e os vereadores do PS estão prisioneiros de Miguel Costa Gomes, cujo apego ao poder no cargo de presidente da Câmara de Barcelos o leva a conseguir uma façanha inédita na história, governando a partir da sua casa em Gamil, desde 3 de Junho até ao presente, durante 130 dias seguidos, acrescido de 5 dias detido na PJ”, lamenta a Secção em comunicado.

MIGUEL ALBUQUERQUE REAFIRMA ESTABILIDADE DO EXECUTIVO REGIONAL



O presidente do PSD/Madeira, Miguel Albuquerque, afirmou que o acordo firmado entre o PSD e o CDS-PP no arquipélago é para um governo de quatro anos e compromete os dois partidos, quer na assembleia legislativa, quer no Governo Regional.

Miguel Albuquerque entregou na segunda-feira, 14 de outubro, ao representante da República na região, Ireneu Barreto, a composição do XIII Governo Regional, que tomou posse na terça-feira à tarde na Assembleia Legislativa da Madeira. “Nós temos de perceber é que este governo e a composição parlamentar refletem uma vontade, uma vontade expressa pelo eleitorado de termos um governo de coligação e, por consequência, um acordo parlamentar entre o primeiro partido mais votado e o terceiro partido no sentido de garantir essa estabilidade e essa governabilidade dentro daquilo que são as perspetivas para quatro anos de legislatura”, disse.

O presidente do Governo regional, que falava à saída do Palácio de São Lourenço, sede do representante da República, no Funchal, afastou a possibilidade de problemas na eleição da mesa do parlamento. “Esta solução compromete os dois partidos, quer no parlamento, quer no governo”, acrescentou.

Sobre a questão da estabilidade, Miguel Albuquerque foi perentório: “Quem sonha com essa instabilidade é a oposição à esquerda, mas vão ter uma desilusão porque acho que o governo vai correr muito bem”. “Encontramos, de facto, uma solução que é uma comunhão de vontades e uma união de esforços para termos um governo unido, coeso, consistente e com políticas para quatro anos”, reiterou.

O representante da República, Ireneu Barreto, reafirmou, por seu lado, acreditar que “foram dadas garantias de estabilidade e de solidariedade entre o CDS e o PSD”, razões pelas quais não teve “qualquer hesitação a nomear este governo”.

O XIII Governo Regional da Madeira, de coligação PSD/CDS-PP, é composto por uma vice-presidência (que se mantém com Pedro Calado, tal como os Assuntos Parlamentares) e nove secretarias regionais, ficando o CDS responsável pelas pastas da Economia e do Mar e Pescas. Rui Barreto fica com a Economia; Jorge de Carvalho com a Educação, Ciência e Tecnologia, Pedro Ramos com a Saúde e Proteção Civil, António Jesus com o Turismo e Cultura; Augusta de Aguiar com a Inclusão Social e Cidadania; Susana Prada com o Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas; Teófilo Cunha com o Mar e Pescas; José Vasconcelos com a Agricultura e Desenvolvimento Rural e João Fino com os Equipamentos e Infraestruturas.

Este é o segundo Governo da Madeira liderado por Miguel Albuquerque, que substituiu Alberto João Jardim em 2015, e o primeiro no arquipélago formado com base numa coligação com o CDS/PP. O PSD venceu em 22 de setembro as eleições legislativas regionais, elegendo 21 dos 47 deputados da Assembleia Legislativa.

REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA ANTERO DE QUENTAL É “INADIÁVEL”

O PSD/Açores exige a intervenção urgente para solucionar o “estado de degradação” em que se encontra a Escola Secundária Antero de Quental, em Ponta Delgada, afirmando que “está em causa a segurança” e “a salvaguarda de património”. “O grupo parlamentar do PSD tem vindo a apelar a uma requalificação e modernização das escolas, nomeadamente de escolas que parecem ter sido esquecidas pelo Governo [Regional]. Escolas essas que precisam de intervenções no imediato, como é o caso concreto da Escola Secundária Antero de Quental”, afirmou deputada Maria João Carreiro, no final da visita à escola dos deputados do partido na Assembleia Legislativa Regional eleitos por São Miguel, dia 10.

A deputada social-democrata sublinha que “está em causa a segurança da comunidade educativa e a salvaguarda de um património rico e valioso em termos arquitetónicos e históricos”, de uma escola “por onde passaram gerações e gerações de açorianos que não se reveem no estado de degradação em que a escola se encontra”.

“A questão das térmitas, as infiltrações que vão sendo reparadas, os muros que precisam de ser pintados, as acessibilidades aos edifícios antigos que não existem e um campo coberto para prática desportiva que não existe. Há um conjunto de problemas que estão devidamente identificados e que a tutela tem conhecimento e aos quais não responde nem apresenta solução. O que o PSD exige é uma resposta”, afirmou.

Maria João Carreiro considera que a resposta dada pelo Governo Regional a essa situação “de modo algum satisfaz” o PSD, exigindo uma “resposta concreta”. “Em 2018, em março, o grupo parlamentar do PSD, num apelo da Assembleia de Escola, veio visitar a escola e constatou que essa reparação era inadiável. Questionou o Governo [Regional], no âmbito do instrumento de que dispõe, um requerimento, que teve como resposta que estariam a analisar o melhor procedimento a adotar”, assinalou a deputada, frisando que “essa resposta de modo algum satisfaz o grupo parlamentar do PSD”, porque exigem “uma resposta concreta” e “uma canalização específica associada ao investimento em causa”.

Na ocasião, Maria João Carreiro ainda destacou outras situações de escolas que, aponta, têm “sido esquecidas” pelo Governo Regional, como a das Capelas e a da Lagoa. “Não é só essa escola que tem sido esquecida. Outra, a das Capelas, que há seis meses está parada e há uma década que os alunos aguardam uma nova escola. A escola da Lagoa, cujo revestimento de amianto já devia ter sido removido em 2017, fruto de uma resolução e calendarização do Governo Regional, mas estamos em 2019 e nada foi feito”, apontou.

A Escola Secundária Antero de Quental está desde 1901 situada no Palácio da Fonte Bela (então designada como Liceu de Ponta Delgada), um edifício do século XIX, localizado no centro de Ponta Delgada.



JSD/AÇORES DEFENDE POLÍTICAS DE EMPREGO COM HORIZONTE PARA OS JOVENS



O presidente da JSD/Açores conclui que a Seção Regional do Tribunal de Contas (TC) “reafirmou que os programas de emprego nos Açores são uma forma de trabalho precário, sem direitos e sem estabilidade”.

A reação de Flávio Soares surge na sequência das conclusões de uma auditoria do TC ao novo modelo de políticas de emprego da Região, referindo que o mesmo “foi criado sem que, previamente, se realizassem estudos de apoio à sua conceção, e sem que tenham sido avaliados os resultados das medidas anteriormente em vigor”.

Mas o órgão de fiscalização vai mais longe ao afirmar que “o novo modelo fomenta a criação de vínculos laborais precários, em continuidade com o modelo precedente”, ou seja, em linha com aquilo que tem sido a posição de longa data da Juventude Social Democrata dos Açores. “Desde que sou líder da JSD/Açores, sempre defendi políticas de promoção do emprego, mas que trouxessem aos jovens estabilidade para iniciar a sua vida, permitindo-lhes ter um horizonte de futuro, sem estarem sempre com o coração nas mãos”, destaca Flávio Soares.

Para o dirigente social-democrata, “a resposta subsequente do Governo Regional às conclusões do TC, é a ressonância daquilo que tem sido dito ao longo dos tempos, em defesa de um modelo que não é defensável. E que apenas serve para este governo fazer brilharetes públicos, com estatísticas que não se traduzem em verdadeiro trabalho para os jovens açorianos”, adianta.

“Para a JSD/Açores, a solução tem de passar pelo apoio às empresas, para que seja possível a criação de uma verdadeira dinâmica económica, que consiga absorver os jovens que estão à procura de emprego”, acrescenta.

“Ou continuaremos a atirar dinheiro ao problema, com a criação de novos programas e subprogramas, à espera que surjam postos de trabalho nos Açores, por milagre, e não programas”, assinala Flávio Soares.

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt

17 de Março de 2002

O dia de um novo Portugal



- O PSD assumiu-se, de novo, como o maior Partido português
- Começámos a pôr em ordem as contas públicas
- Não ignoro as dificuldades, quer as que enfrentamos, quer as que ainda vão surgir
- Estamos no caminho certo
- O nosso Partido precisa de si, das suas sugestões, do seu estímulo

Nos Açores

Durão Barroso, George W. Bush, Tony Blair e José Maria Aznar discutem a situação no Iraque e a segurança no Mundo.

(Leia nas pgs. 14)



RABENS, ALBERTO JOÃO! - 25 anos à frente da Madeira (pg 9)

OMNE no Parlamento responde à Oposição, na interpelação sobre o Iraque

(Leia nas páginas 6/8)

Edição n.º 1314 do "Povo Livre" | de 19 de março de 2003

"17 de março de 2002: O dia de um novo Portugal". Durão Barroso elegia a reforma da administração pública e o combate à fraude fiscal como prioridades do Governo numa carta enviada aos militantes social-democratas, por ocasião do primeiro aniversário da vitória do PSD das eleições legislativas de 17 de março de 2002".

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



DISTRITAIS

AVEIRO

Ao abrigo do artº 41º dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia Distrital de Aveiro, para uma reunião ordinária a realizar no próximo dia 26 de outubro (sábado) de 2019, pelas 15H00, no Pequeno Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, em Aveiro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleger o substituto da CPD sob proposta do respetivo órgão;
2. Análise da situação política e partidária.

CASTELO BRANCO

Ao abrigo do artº 41º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital de Castelo Branco, para uma reunião a realizar no dia 25 de outubro (sexta-feira) de 2019, pelas 20H30, na Sede do PSD Distrital sita na Rua da Amoreirinha, nº 1 em Castelo Branco com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política / Legislativas 2019.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do Porto, para reunir em sessão plenária, dia 24 de outubro (quinta-feira) de 2019, às 21H00, no Auditório da Associação Comercial e Industrial de Gondomar, sita na Rua Padre Augusto Maia, 58 em Gondomar (entre o Tribunal e o Cindor) com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política.

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 25 de outubro (sexta-feira) de 2019, pelas 21H00, no Auditório do Hotel Áxis Viana, sita na Avenida Capitão Gaspar de Castro, em Viana do Castelo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Análise da situação política.

Nota: Se à hora marcada não existir quórum, fica desde já a mesma reunião convocada para meia hora depois, ou seja, às 21H30.

SECÇÕES

ALCOBAÇA

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD convoca-se todos os Militantes da Secção de Alcobaça, para reunirem no próximo de 24 de outubro (quinta-feira) de 2019, pelas 21H00, na Sede local do PSD, sita na Avenida Professor Eng. Joaquim Vieira Natividade Lote 3 – 62 A, Alcobaça.com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convocam-se os Militantes do PSD da Secção de Barcelos, para reunirem em plenário no próximo dia 25 de outubro (sexta-feira) de 2019, pelas 21H30, na Sede Concelhia do PSD, sita na Av. Alcaldes de Faria, 270 1º D Barcelos, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política.

BRAGA

Ao abrigo do artº 53º dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia da Secção de Braga para uma reunião

ordinária, a realizar dia 25 de outubro (sexta-feira) de 2019, pelas 21H30, no Hotel Mercure, em Braga, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Aprovar o orçamento referente a 2020;
3. Análise da situação política local e nacional.

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral em vigor, convocam-se todos os Militantes da Secção de Coimbra para a Assembleia Concelhia eleitoral a decorrer no próximo dia 15 de novembro (sexta-feira) de 2019, na sede do PSD de Coimbra, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, nº 16 com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção de Coimbra.

Nota: As urnas estarão abertas entre as 17H00 e as 20H00 na Sede do PSD de Coimbra. De acordo com o regulamento eleitoral, as listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua até às 24H00 do 3º dia anterior ao ato eleitoral.

FAFE

Convoca-se todos os Militantes e Simpatizantes do Partido Social Democrata para comparecer à Assembleia da Secção de Fafe do PSD, a realizar no dia 15 de novembro (sexta-feira) de 2019, pelas 21H00, na Sede sita na Praça 25 de Abril – Fafe, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política.

MANGUALDE

Ao abrigo do disposto nos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Mangualde, para reunir no próximo dia 16 de novembro (sábado) de 2019, pelas 21H00, na Estalagem Cruz da Mata, sita o Lugar de Cruz da Mata em Mangualde, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise dos resultados das Eleições Legislativas de 2019;
2. Análise e discussão da situação político partidária do concelho;
3. Outros assuntos.

SANTA COMBA DÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia da Secção de Santa Comba Dão, para reunir no próximo dia 25 de outubro (sexta-feira) de 2019, pelas 21H00, na Sede da Secção Concelhia, sita na Rua Pinheiro de Azere, nº 7, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apresentação da situação financeira da CPS;
3. Análise da situação política Concelhia;
4. Outros assuntos.

SÃO JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo das normas Estatutárias, convoca-se a Assembleia da Secção de São João da Madeira do PSD para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 29 de outubro (terça-feira) de 2019, pelas 21H15, na Sede Concelhia sita no Centro Comercial Castilho, Loja CG, na Av. Dr. Renato Araújo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação político-partidária.

SÁTÃO

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Sátão para reunir, no próximo dia 23 de novembro (sábado) de 2019, pelas 14H00, na Praça Paulo VI nº 15 2º andar, em Sátão, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário da Secção e da Comissão Política de Secção de Sátão do PSD.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem a substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Praça Paulo VI nº 15 2º andar Sátão.

As urnas estão abertas das 14H00 às 20H00.

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção Concelhia de Torres Novas, a realizar na Sede do PSD sita na Rua do Conde, 38 1º no próximo dia 31 de outubro (quinta-feira) de 2019, pelas 21H00, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Leitura, discussão e votação da Ata da Assembleia anterior;
2. Análise dos resultados das Eleições Legislativas 2019;
3. Informações da Comissão Política;
4. Análise da situação política.

VENDAS NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vendas Novas para reunir, no próximo dia 25 de outubro (sexta-feira) de 2019, pelas 21H00, na Sede Concelhia do partido, sita na Rua da Azinheira, nº 8, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise dos resultados das Eleições Legislativas;

3. Análise da situação política.

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os Militantes de Vila Nova de Gaia para uma reunião ordinária da Assembleia da Secção, para reunir dia 25 de outubro (sexta-feira) de 2019, às 21H30, na Sede Concelhia, sita à Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Vila nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único – Análise da situação política.

CONVOCATÓRIAS DA JSD



VI CONSELHO DISTRITAL DA GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoco o VI Conselho Distrital do mandato 2018/2020 para reunir no próximo dia 26 de Outubro, pelas 17h30m, na sede do PSD de Seia sita na Av. 1.º de Maio, n.º 26 em Seia, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política distrital e nacional;
- 2 – Análise dos resultados das eleições legislativas;
- 3 – Outros assuntos.

V CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o V Conselho Distrital da JSD de Lisboa, para reunir no próximo dia 28 de Outubro de 2019 (segunda-feira), pelas 20h30m, na sede da JSD Distrital de Lisboa sito na Praça São João Bosco nº 3B; 1350-295 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Balanço de Atividades da Comissão Política Distrital;
- 2 – Análise da Situação Política e Balanço da Campanha das Eleições Legislativas;
- 3 – Outros Assuntos.

AGUIAR DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Aguiar da Beira para o Plenário a realizar no próximo dia 23 de Novembro (Sábado) pelas 20h00m no espaço sito no Largo das Forças Armadas, 3570-170 Penaverde, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único:

Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Aguiar da Beira.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral no local de realização do acto eleitoral ou por correio electrónico.

As urnas estarão abertas entre as 20h00m e as 22h00m.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do concelho do Porto para reunir em Plenário Ordinário, a realizar no próximo dia 22 de Outubro de 2019, pelas 21:00, na Sede do Núcleo PSD de Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, 63 Porto com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Outros assuntos.

VIMIOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Vimioso para uma reunião no dia 16 de Novembro de 2019 (sábado), pelas 21h30 na sede da concelhia da JSD/PSD de Vimioso, sita no Largo da Misericórdia, n.º 17, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da Situação Política;
- 2 – Outros Assuntos.

NESD INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes estudantes do Instituto Politécnico da Guarda (IPG), para o Plenário a realizar no próximo dia 18 de Novembro de 2019 (segunda-feira) pelas 16h00m, na Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 50, 6300-559 – Guarda, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo de Estudantes Socias Democratas do IPG

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Coordenador do Ensino Superior Distrital até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral por correio electrónico. As urnas estarão abertas entre as 16h00m e as 18h00m.